



FoodLink

Rede para a Transição Alimentar
na Área Metropolitana de Lisboa

Enquadramento Estratégico

JUNHO 2022

Título

FoodLink – Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa. Enquadramento Estratégico.

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo | Instituto de Ciências Sociais –
Universidade de Lisboa | Área Metropolitana de Lisboa

Colaboração

Parceiros da FoodLink

Edição digital | junho de 2022

INTRODUÇÃO

As cidades e as suas regiões estão cada vez mais empenhadas em encontrar respostas rápidas e eficientes aos desafios sociais da atualidade em contexto multicrise. Como polos de concentração demográfica, o abastecimento alimentar das cidades constitui-se como uma prioridade ambiental, económica, climática e energética. Por essa razão, é fundamental repensar os sistemas alimentares, do contexto global ao local, o que pressupõe atribuir-lhes uma dimensão estratégica, integrada e colaborativa atendendo às suas diversas componentes, da produção ao consumo. O planeamento alimentar apresenta-se como uma alternativa para a territorialização de um programa que se inscreva no quadro da saúde humana, ambiental e económica do planeta e das regiões, em linha com a Estratégia do Prado ao Prato, no âmbito do Pacto Ecológico Europeu para a próxima década.

A alimentação assume-se, assim, como um dos mais importantes desafios da sustentabilidade global no século XXI, em que os riscos sistémicos e a profunda instabilidade a eles associados justificam o seu destaque na agenda política urbana e socio-territorial.

Como resposta a este desafio, têm surgido acordos internacionais que apelam aos governos nacionais, regionais e locais para o estabelecimento de compromissos para as próximas décadas. Em 2015, o Pacto Alimentar Urbano de Milão congregou mais de duzentas cidades que adotaram estratégias de planeamento alimentar urbano envolvendo 450 milhões de habitantes (MUFPP, 2015), rumo a uma alimentação saudável, segura, sustentável e justa. Em 2020, a Declaração de Glasgow Alimentação e Clima, convidava os governos locais a enfrentarem a emergência climática através de políticas alimentares integradas para contrariarem a perda de biodiversidade, a fome, a subnutrição persistente e a crise crescente de saúde pública.

Tal pressupõe que possamos entender o alimentar para além do alimento, a alimentação para além do sector de produção agroindustrial e, em particular, ampliar o impacto do planeamento alimentar do nível local para escalas mais alargadas, com base em redes de cidades e de cidadãos, cada vez mais comuns, tanto na Europa como a nível global, rumo à transição alimentar.

Garantir uma alimentação responsável e sustentável implica, pois, colocar a alimentação como um aspeto central do modelo de planeamento e desenvolvimento territorial.

Para responder a estes desafios, surge a Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares (RMPA), na Área Metropolitana de Lisboa (AML), por iniciativa de um conjunto de atores locais, regionais e nacionais que, entre 2019 e 2021, se constituíram como um Grupo de Trabalho que estabeleceu o âmbito de atuação e uma visão estratégica para a próxima década. Este Grupo de Trabalho foi coordenado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), a convite da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), enquanto coordenadora do Living-Lab do Projeto H2020

ROBUST – Unlocking rural-urban synergies, em colaboração com o Instituto Superior Técnico.

Em 2022, esta Rede expandiu-se e alargou o seu âmbito de ação, dando lugar à FoodLink – Rede para a Transição Alimentar na AML, a que aderiram, até à data, trinta entidades, com diferentes perfis e representando os diversos componentes do sistema alimentar metropolitano.

Sendo o contexto estratégico regional muito favorável ao enquadramento do Plano de Ação da FoodLink, elaborado e aprovado pelos seus parceiros para o biénio 2022 - 2023, o presente documento tem o objetivo de congregar e divulgar o enquadramento estratégico e os princípios orientadores para a angariação de financiamentos por parte das entidades aderentes, até 2027.



ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A FoodLink, ao apoiar a operacionalização de sistemas agroalimentares sustentáveis, competitivos e resilientes, de base territorial, numa estreita relação com o ordenamento do território regional e local, com impacto positivo na criação de dinâmicas urbano-rurais de proximidade, integrando o planeamento e gestão do sistema alimentar nas suas diferentes componentes, encontra-se perfeitamente alinhada com os compromissos definidos pelas várias Estratégias Internacionais, Nacionais e Regionais para o horizonte 2030.



AO NÍVEL MUNDIAL E EUROPEU

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda das Nações Unidas 2030: ODS2, ODS3, ODS12, ODS14 e ODS15
- Pacto Ecológico Europeu: Pilar 1, Pilar 4, Pilar 5, Pilar 6 e Pilar 9
- Estratégia do ‘Prado ao Prato’ - estratégia que visa a sustentabilidade da cadeia alimentar, tanto no seu modelo produtivo, como no seu modelo de comercialização e consumo.
- Estratégia da Biodiversidade 2030 – que tem como objetivo colocar a biodiversidade da Europa numa trajetória de recuperação até 2030, em benefício das pessoas, do clima e do planeta
- Plano Estratégico da PAC 2023-2027 (PEPAC)



AO NÍVEL NACIONAL E REGIONAL

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
- Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 – Terra Futura
- Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas
- Estratégia Regional Lisboa 2030
- Estratégia Regional de Especialização Inteligente 2030 (RIS3 2030)

ESTRATÉGIA REGIONAL LISBOA 2030

A Estratégia Regional Lisboa 2030 assenta num quadro de valores basilares presentes na Visão proposta para a Região de Lisboa e que definem a abordagem seguida pela matriz estratégica de desenvolvimento, destacando-se a dimensão Resiliência.



Face ao agravamento dos riscos sistémicos globais, o processo de desenvolvimento metropolitano procurará assegurar a resiliência ecológica, social e económica, aumentando a capacidade dos diversos sistemas naturais, sociais, económicos e infraestruturais em resistir a choques a partir da capacidade de valorização da diversidade, da capacidade de aprendizagem coletiva, da inovação e da adaptação, da cooperação intersectorial e interinstitucional e da autossuficiência, especialmente em termos alimentares.

A Estratégia Regional Lisboa 2030 considera essencial contrariar o processo de expansão da urbanização e de fragmentação territorial a partir da valorização dos espaços rurais e naturais e do fortalecimento das relações rural-urbano, para o que a valorização da bacia alimentar metropolitana, dinamizando a **produção local e de proximidade e as cadeias curtas de produção e consumo de bens alimentares**, é uma prioridade.

A matriz estratégica foi estruturada a partir de cinco domínios prioritários de desenvolvimento metropolitano, designadamente:

- Quatro domínios de natureza temática (inovação e competitividade; **sustentabilidade ambiental e alimentar** e mitigação de riscos naturais; coesão social e sustentabilidade demográfica; mobilidade e conectividade sustentável);
- Um domínio de âmbito territorial (desenvolvimento urbano e mudança transformadora).

Este leque de domínios e respetivos subdomínios identificam o conjunto de políticas públicas setoriais e de base territorial indispensáveis para promover as dinâmicas económicas e sociais. O processo de desenvolvimento da AML deverá conferir especial atenção a 11 subdomínios considerados vitais pelos atores regionais, onde se inclui o **sistema alimentar e desenvolvimento rural**.



O SETOR AGROALIMENTAR COMO PILAR ESTRATÉGICO PARA A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DA AML

A Estratégia de Especialização Inteligente de Lisboa 2030 (RIS3 2030) definiu como um dos seus **domínios o Agroalimentar**.

A RIS3 2030 considera este domínio como um elemento fundamental no suporte a uma vida com qualidade, promovendo uma maior sustentabilidade, com uma estratégia de comunicação transparente em todos os elos da cadeia, com o foco no consumidor.

Aproveitando as capacidades diferenciadoras da AML, esta decisão estratégica permitirá apoiar a produção de alimentos seguros e saudáveis, a escolha informada do consumidor, soluções e inovações nutricionais e métodos de produção mais sustentáveis.

Aposta em abordagens inovadoras em que a colaboração integrada e multissetorial pressupõe o esforço combinado de todos os atores relevantes da cadeia alimentar, incluindo o setor I&DT.

RIS3 2030

Eixos Estratégicos e Prioridades de Especialização

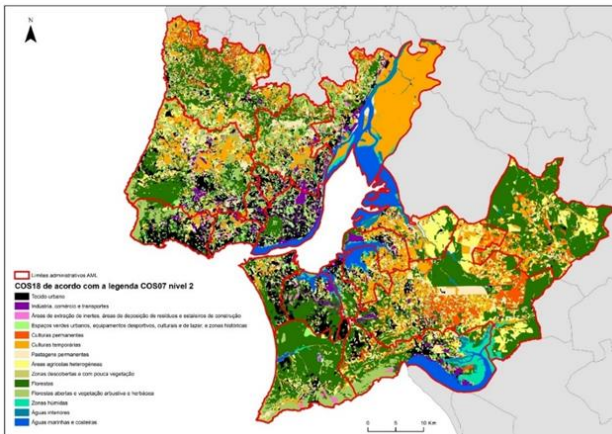


TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML

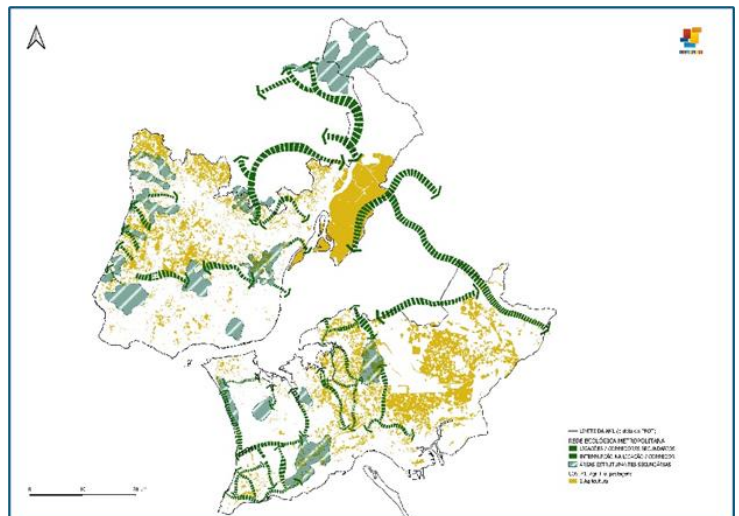
O TERRITÓRIO

O território da Área Metropolitana de Lisboa (AML) é constituído por 18 municípios: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira. Em 2021, residiam na AML 2.871.133 habitantes, que correspondem a 28% da população residente em Portugal. No período intercensitário, verificou-se um ligeiro (1.59%) acréscimo populacional (Censos, INE). A AML gera 43% do Valor Acrescentado Bruto do país e 35% do PIB nacional (INE, 2020).

Na AML, em 2018 (COS, 2018), o solo com ocupação agrícola corresponde a cerca de 38%, onde se incluem as pastagens, seguindo-se as áreas florestais em aproximadamente 32% do território, o que deixa claro que a produção de alimentos e de serviços ambientais tem um significativo papel a desempenhar no sistema alimentar urbano.



Ocupação do Solo na AML, 2018 (Carta de Ocupação e Uso do Solo, DGT)¹



Áreas Agrícolas da COS (2018) e Rede Secundária da estrutura Ecológica Metropolitana do PROT AML (2002) (Carta de Ocupação do Solo (DGT, 2018); PROT AML (CCDR-LVT, 2002))

Não obstante a ocupação urbana ser dominante importa valorizar a relação de proximidade entre as áreas urbanas e rurais, desde logo numa perspetiva de circularidade, sendo também de sublinhar o potencial contributo destas áreas agrícolas e de pastagens para a concretização de uma infraestrutura verde metropolitana que consubstancie os princípios associados à Estrutura / Rede Ecológica Metropolitana.

¹ Oliveira, R., Truninguer, M., 2022. A Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa. Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Na segunda década do presente século a **Superfície Agrícola Útil na AML aumentou 3,59%** (Recenseamento Agrícola, INE,2019), passando a ocupar 90.733 hectares (81% do total da superfície das explorações agrícolas).

A utilização das terras agrícolas alterou-se, verificando-se um decréscimo de 1,2% nas terras aráveis, e de 33% nas hortas familiares, compensado pelos aumentos das áreas das culturas permanentes (+17%) e das pastagens permanentes (+4%).

Das principais culturas agrícolas produzidas em Portugal, 9.2% têm origem na AML, que se destaca pela produção de batata e de culturas para a indústria agroalimentar.

Considerando o tipo de culturas, nas **temporárias** destacam-se pela expressiva produção, os concelhos de Vila Franca de Xira, Sintra, Palmela, Mafra, Montijo e Alcochete, produzindo sobretudo cereais para grão, culturas hortícolas e forrageiras. Relativamente às **culturas permanentes**, destacam-se os concelhos de Setúbal, Sesimbra, Palmela, Montijo e Mafra, com a maior parte da superfície agrícola dedicada à vinha, frutos de casca rija e frutos frescos.

Em 2019, apenas 1,1% da superfície agrícola da AML estava dedicada à agricultura biológica (922ha), registando-se uma tendência decrescente face a 2009, ao contrário do que se verifica no país, onde o valor dedicado à agricultura biológica duplicou nessa década, maioritariamente pela certificação biológica de pastagens.

Da AML provêm 12% do total dos alimentos produzidos em Portugal para consumo nacional², o que implica uma diversidade muito considerável de atores públicos, privados, individuais e coletivos, governamentais e não governamentais.

Contudo, este território não se encontra ainda planeado na perspetiva de um sistema alimentar sustentável e resiliente, tendo sido esse o propósito da constituição desta Rede para a Transição Alimentar na AML - FoodLink.



O PLANEAMENTO ALIMENTAR E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Os sistemas alimentares têm vindo a ganhar destaque na agenda política internacional e também na agenda nacional como resposta ao contexto global de crise económica, climática, pandémica e, mais recentemente, geoestratégica.

O **PNPOT** identificou desafios territoriais e estabeleceu um conjunto de orientações, medidas de política e diretrizes para os IGT que visam o desenvolvimento e a coesão territorial, apontando o capital natural como um elemento diferenciador e valorizador dos territórios, que deve ser mais reconhecido, valorizado e aproveitado nas cadeias de produção de riqueza e na promoção do bem-estar.

O PNPOT destaca também o desafio da eficiência do metabolismo urbano e regional e da conectividade ecológica, enquanto via de interligação entre os meios urbano e rural, podendo apoiar funções de produção de bens alimentares e de fornecimento de áreas de recreio e lazer.

As apostas inscritas no PNPOT desafiam o planeamento territorial ao nível local e regional a construir projetos potenciadores do aproveitamento e do

² Idem

incremento do capital natural - solo, água e biodiversidade – promovendo usos e ocupações do solo sustentáveis e mecanismos de governança e de gestão territorial centrados na valorização dos recursos naturais.

No PNPTOT surgem também as articulações rurais-urbanas numa ótica de contributo para o reforço das cadeias de valor, nomeadamente associadas ao sistema alimentar urbano e aos circuitos curtos agroalimentares.

Salienta, igualmente, o reforço da sustentabilidade e a atratividade dos recursos naturais e da qualidade da paisagem, importando valorizar, gerir e monitorizar os serviços de ecossistema em áreas predomina e medianamente urbanas (nomeadamente, a agricultura e as florestas), quer na vertente produtiva, quer na de lazer e cultura, quer ainda em termos de regulação, descarbonização e adaptação às alterações climáticas.



Por sua vez, o âmbito regional constitui-se como nível de intermediação de visões e estratégias entre o nacional e o local.

A este nível, o **planeamento alimentar regional** é de crucial importância, não só para permitir a especialização e coordenação de iniciativas em rede, mas em especial pela capacidade de dinamização de sinergias entre áreas urbanas e rurais, podendo responder à valorização do solo rústico e à consolidação de estruturas de proteção ambiental e de conectividade ecológica, procurando implementar instrumentos que possibilitem a valorização e remuneração dos serviços prestados pelos ecossistemas.

O **Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) da AML** em vigor, aprovado em 2002, ainda não integrava, de forma explícita, resposta a estas preocupações. Todavia, foi inovador ao definir a Rede Ecológica Metropolitana estabelecendo princípios e orientações de conectividade ecológica.

Um futuro processo de planeamento à escala regional deverá constituir-se como uma oportunidade para reforçar e atualizar os princípios da conectividade ecológica garantindo-lhe instrumentos de operacionalização e integrar resposta aos desafios atuais, como o do planeamento do sistema alimentar, no modelo territorial e soluções inovadoras que reforcem a coesão territorial e a competitividade regional e nacional.

Esse processo deverá ser orientado para garantir uma maior segurança alimentar, eficiência económica e energética, qualidade ambiental e paisagística, adaptação às alterações climáticas, criação de emprego, promovendo a dinâmica urbano-rural, economia circular e desenvolvimento local, como resultado de uma visão estratégica regional.

Ao **nível municipal**, sempre que possível, as áreas de produção sustentável deverão ser integradas na Estrutura Ecológica Municipal, podendo-se configurar como parte da infraestrutura verde e azul, através da qual áreas urbanas e rurais de um município poderão estar conectadas com oportunidades de recreio e a produção de serviços de ecossistema que assegurem melhor saúde e bem-estar à população local. Os espaços de produção urbanos, periurbanos ou rurais deverão ser parte integrante da infraestrutura verde.

ABORDAGEM ESTRATÉGICA

VISÃO

Até 2030, cerca de **15% do aprovisionamento alimentar da área metropolitana** poderá ser assegurado localmente tendo por base:

- **modos de produção sustentáveis**, onde se incluem a produção biológica, a produção/proteção integrada e a agroecologia;
- **soluções inovadoras**, nomeadamente no âmbito da gestão da água para regadio, na redução de fitofármacos, na conservação do solo e no balanço de nutrientes, e na adaptação climática, eficiência energética e energias alternativas;
- **redes de distribuição de baixo carbono e em circuitos alimentares de proximidade** que cumpram com os critérios de inclusão e segurança alimentar.

Os produtos da FoodLink estarão disponíveis e acessíveis para o consumo alimentar responsável de todos os cidadãos da área metropolitana de Lisboa e serão uma mais-valia para a promoção de um turismo responsável e ético. A FoodLink oferece oportunidades de recreio e de turismo gastronómico e cultural em todo o seu território, constituindo-se como uma iniciativa inovadora que contribui para a valorização socio ecológica e económica da AML e para o fortalecimento das sinergias urbano-rurais.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A FoodLink, plataforma colaborativa de entidades públicas e privadas, prossegue três grandes princípios:

- Sustentabilidade relativamente ao nexus solo, água, biodiversidade e energia, com vista a uma alimentação saudável, sustentável, inclusiva e responsável da população metropolitana.
- Promoção de uma estratégia orientada para a economia circular, resiliente e de proximidade, atenta à adaptação climática, à criação de emprego, à promoção da saúde e do bem-estar e com respeito pela equidade social.
- Salvaguarda da dieta mediterrânica, reforçando a identidade cultural, ao mesmo tempo que incentiva a inovação científica e tecnológica nas diversas componentes do sistema alimentar, contribuindo para a formação, capacitação e sensibilização dos agentes ativos do sistema alimentar e empenhando-se no aumento da literacia alimentar e na transição para a digitalização

COMPROMISSOS

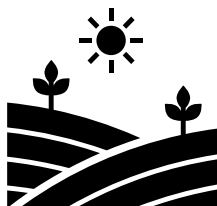
A FoodLink agrega um conjunto diverso de territórios, iniciativas e atores da AML, que se comprometem a colaborar no sentido do planeamento e gestão do seu sistema alimentar, nomeadamente:



EIXOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS

Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
Planear o Território para a Transição Alimentar	A Transição Alimentar como vetor de Coesão Socio-Territorial	Capacitar e educar para a Transição Alimentar

Eixo 1 - Planear o Território para a Transição Alimentar



OBJETIVOS

- Definir uma estratégia de planeamento e gestão do sistema alimentar metropolitano de modo sistémico e participativo, tendo em vista a salvaguarda de solos com potencial estratégico de produção agrícola integrando esta temática nos instrumentos de gestão territorial e nos diversos instrumentos das Políticas Públicas.
- Promover processos de planeamento territorial orientados para garantir uma maior segurança alimentar, eficiência económica e energética, qualidade ambiental e paisagística, conservação da biodiversidade, adaptação às alterações climáticas, criação de emprego, promovendo a dinâmica urbano-rural, a economia circular e o desenvolvimento local.
- Valorizar a Estrutura Ecológica Metropolitana segundo uma abordagem multifuncional e sistémica, integrando, sempre que possível, as áreas de produção sustentável, conectando as áreas urbanas e rurais valorizando as oportunidades de produção e de bem viver à população local.
- Promover boas práticas de gestão do *nexus* solo, água, biodiversidade e energia e promover a sua dinamização / concretização.

Eixo 2 - A Transição Alimentar como vetor de Coesão Socio-Territorial



OBJETIVOS

- Apoiar a organização de circuitos curtos para garantir o abastecimento de proximidade, reforçando a ligação entre produtores e consumidores.
- Promover a redução do desperdício alimentar nos diferentes elos da cadeia alimentar (produção, transformação, distribuição e consumo).
- Apoiar a existência de mercados locais, formais e informais, de modo a criar mecanismos de valorização de aquisição de produtos locais.
- Promover a agricultura social pelo seu contributo para a coesão e a revitalização da vida comunitária.
- Promover práticas sustentáveis de produção no sentido de contribuir para um sistema alimentar mais saudável e sustentável, que valoriza as variedades cultivares locais.

Eixo 3 - Capacitar e educar para a Transição Alimentar






OBJETIVOS

- Promover a operacionalização da estratégia e dinamização da Rede FoodLink.
- Promover uma campanha de comunicação para a alimentação responsável e promoção da marca FoodLink.
- Promover a Dieta Mediterrânea.
- Promover a formação, capacitação e educação em literacia alimentar de todos os atores do sistema alimentar metropolitano.
- Promover a adoção de práticas de alimentação sustentável.
- Integrar redes nacionais e internacionais que posicionem a rede num contexto mais alargado e enriqueçam a sua experiência e conhecimento.

PARCEIROS

À data da elaboração deste documento, as entidades que integram a FoodLink são:

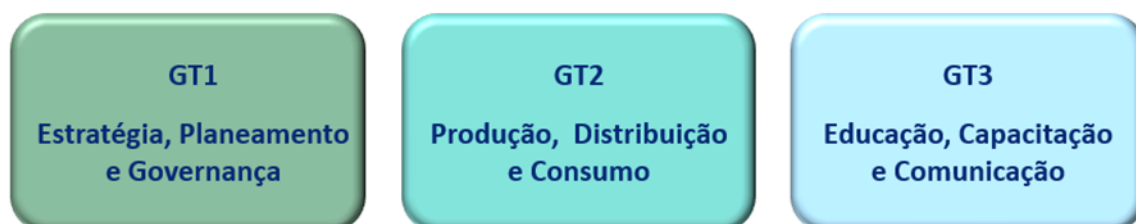
Grupos de parceiros		Parceiros
	Academia / Investigação	ICS - ULisboa, ISA, INIAV, Colégio F3
	Administração Central e Regional	CCDR-LVT, DGT, DGADR, DRAP-LVT, Estabelecimento Prisional de Sintra
	Administração Local	AML, Almada, Amadora, Cascais, Loures, Mafra, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira, Junta de Freguesia de Olivais, e Lisboa e-Nova
	Associações de Desenvolvimento Local	A2S, ADREPES
	Setor empresarial	Confagri, Associação Industrial Portuguesa, Upfarming
	Logística	MARL
	Organizações cidadãs	Cooperativa Rizoma, Associação Evoluir Oeiras

A FoodLink está aberta a integrar outros agentes do sistema alimentar metropolitano que se revejam nos seus princípios e compromissos.

PLANO DE AÇÃO

AÇÕES PRIORITÁRIAS 2022 - 2023

Tendo em vista a prossecução dos Objetivos atrás definidos, os agentes que constituem esta rede organizam-se em 3 Grupos de Trabalho.



Enquadradas nos trabalhos destes Grupos foram identificadas 11 ações prioritárias a desenvolver no biénio 2022 – 2023.

Ações prioritárias 2022 - 2023	GT 1 Estratégia, Planeamento e Governança	GT 2 Produção, Distribuição e Consumo	GT 3 Educação, Capacitação e Comunicação
Carta de princípios e de compromisso	X	X	X
Estratégia de planeamento alimentar metropolitano	X	X	X
Consolidação do modelo de governança regional/local	X		
Projetos piloto de operacionalização de estratégias alimentares de base local e regional	X	X	X
Mapeamento dos atores do sistema alimentar	X	X	
Projetos piloto de contratualização pública entre produtores e consumidores	X	X	
Programa de capacitação			X
Programa de Educação/articulação com ensino			X
Criação da marca FoodLink			X
Estratégia de comunicação/criação de plataforma			X
Identificação de projetos a financiamento	X	X	X

